

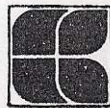
Adolfo Sánchez Vásquez

ÉTICA

11.^a Edição

Tradução de
João Dell'Anna

civilização



brasileira

3. – Moral e Política

Enquanto a moral regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade, a política abrange as relações entre grupos humanos (classes, povos ou nações). A política inclui também a atividade das classes ou dos grupos sociais através das suas organizações específicas — partidos políticos — orientada para consolidar, desenvolver, derrubar ou transformar o regime político-social existente. Na política, expressa-se abertamente a atitude dos grupos sociais — determinada por diversos interesses e particularmente pelos econômicos — com relação à conquista ou à conservação e exercício do poder estatal. A política abrange, portanto, a atividade dos grupos sociais que tende a conservar a ordem social existente, a reformá-la ou a mudá-la radicalmente, tanto quanto a atividade que o próprio poder estatal desenvolve na ordem nacional e internacional. A atividade política implica, também, na parti-

cipação consciente e organizada de amplos setores da sociedade; disto decorre a existência de projetos e programas que fixam os objetivos mediatos e imediatos, bem como os meios ou métodos para realizá-los. Desta maneira, sem excluir que ocorram também atos espontâneos dos indivíduos ou dos grupos sociais, a política é uma forma de atividade prática, organizada e consciente.

Os sujeitos ou agentes da ação política são os indivíduos concretos, reais, mas enquanto membros de um grupo social determinado (classe, partido, nação). Atuando politicamente, os indivíduos defendem os interesses comuns do grupo social respectivo nas suas relações com o Estado, com outras classes ou com outros povos. Na política, o indivíduo encarna uma função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum. Na moral, pelo contrário, ainda que o coletivo sempre esteja presente, porque o indivíduo nunca deixa de ser um ser social, o elemento íntimo, pessoal, desempenha — como já assinalamos — um papel importante; de fato, nas suas relações morais com os demais, o indivíduo age como tal, isto é, tomando decisões pessoais, interiorizando as normas gerais e assumindo uma responsabilidade pessoal. Ainda que as normas morais que regulamentam os atos do indivíduo, num sentido ou no outro, possuam um caráter coletivo e não propriamente individual, é o indivíduo que deve decidir pessoalmente — isto é, livre e conscientemente — se as cumpre ou não e assumir a respectiva responsabilidade pela decisão tomada. A atividade política ultrapassa este plano pessoal, e, embora, em última instância, sejam os indivíduos reais os que tomam parte conscientemente na política, seus atos individuais somente adquirem sentido político na medida em que se integram na ação comum ou coletiva do grupo.

Vemos, portanto, que a política e a moral se distinguem: a) porque os termos das relações que ambas estabelecem são distintos (grupos sociais num caso; indivíduos no outro); b) pela maneira distinta com que os homens reais (os indivíduos) se situa numa e noutra relação; c) pela maneira distinta com que, numa e na outra, articula-se a relação entre o individual e o coletivo.

Política e moral são formas de comportamento que não podem identificar-se. Nem a política pode absorver a moral, nem esta pode ser reduzida à política. A moral possui um âmbito

específico no qual a política não pode interferir. Culpar um inocente não somente é injusto mas moralmente reprovável, embora um Estado o faça por razões políticas. Da mesma maneira, a agressão contra um país pequeno e soberano é um ato imoral, ainda que o agressor trate de justificá-lo politicamente (pelo interesse da sua segurança nacional). Mas, por sua vez, a política possui um campo específico que a impede de ser reduzida a um capítulo da moral. Daí decorre a necessidade de que ambas as formas de comportamento humano mantenham uma relação mútua, mas conservando, ao mesmo tempo, suas características específicas, isto é, sem que uma absorva a outra ou a exclua por completo.

A este propósito, examinaremos duas posições extremas sobre as relações entre a política e a moral, as quais nos permitirão situar ambas em seu verdadeiro terreno. Uma é a do moralismo abstrato; a outra, a do realismo político.

O moralista abstrato julga os atos políticos com um critério moral ou, melhor, moralizante. Por conseguinte, somente aprova os atos que possam ser realizados por meios “puros”, que não perturbem a consciência moral ou satisfaçam plenamente as boas intenções ou as exigências morais do indivíduo. Uma expressão histórico-concreta desta atitude política moralizante foi, no século passado, a dos socialistas utópicos (Saint-Simon, Owen, Fourier, etc.), que pretendiam transformar radicalmente a ordem social imperante apelando para a persuasão individual, para a consciência moral ou para os corações dos empresários, a fim de obter desta maneira uma ordem social e econômica baseada numa justa distribuição da riqueza. Expressão desta atitude moralizante é igualmente a que julga o trabalho de um governante tão-somente por suas virtudes ou vícios pessoais e põe as esperanças de transformação política na moralização dos indivíduos, sem compreender que não se trata de um problema individual, visto que a possibilidade de que as suas qualidades morais — positivas ou negativas — desenvolvam-se ou sufoquem depende de uma determinada estrutura político-social.

Este moralismo abstrato leva a uma redução da política à moral. Como leva, também, à impotência política na ação ou — diante da impossibilidade prática de efetuar esta redução — à condenação ou à renúncia à política para refugiar-se na esfera

pura e privada da moral. Desta maneira, segue-se que o preço que o moralista abstrato deve pagar por sua atitude é, do ponto de vista político, sumamente alto: a impotência política ou a renúncia à ação.

Vejam, agora, a posição oposta no que diz respeito às relações entre política e moral, ou seja, a do chamado realismo político. A tendência legítima para fazer da política uma esfera específica, autônoma, evitando limitá-la aos bons desejos ou intenções do político, culmina na chamada política realista, na procura de certos efeitos a qualquer preço, sejam quais forem os meios aos quais se deva recorrer, com a conseqüente exclusão da moral, por julgar-se que o seu domínio específico é a vida privada. Esta separação absoluta da política e da moral, no terreno das relações internacionais, conduz ao predomínio do egoísmo nacional sobre qualquer outro motivo e à justificação de qualquer meio para satisfazê-lo: a agressão, o engano, a pressão em todas as formas, a violação de compromissos assumidos, etc. O realismo político pretende assim subtrair os atos políticos a qualquer avaliação moral, em nome da legitimidade dos fins.

Os dois modos de conceber as relações entre a política e a moral, o moralismo abstrato e o realismo político, correspondem a uma dissociação entre a vida privada e a vida pública, ou também à fragmentação do homem real entre o indivíduo e o cidadão, que caracteriza a sociedade moderna. A esta cisão corresponde, no plano ideológico e político, a cisão que, de formas distintas, é exigida pelo moralismo abstrato e pelo "realismo" político. O primeiro concentra a atenção na vida privada e, por conseguinte, na moral, compreendida essa, por seu turno, como uma moral privada, intimista, subjetiva; a política interessa enquanto podem-lhe ser aplicadas as categorias morais. A não ser assim, mais vale refugiar-se na vida privada e, para manter limpas as mãos e a consciência, renunciar à política. Mas, como já assinalamos, esta atitude leva à impotência política ou ao abstencionismo político, com a agravante de que assim se contribui objetivamente para que prevaleça outra política que pode afirmar-se exatamente no terreno favorável da impotência e da abstenção.

O "realismo" político é igualmente a expressão da dissociação do individual e do coletivo ou da vida privada e da

vida pública. Mas, neste caso, a atenção se fixa na vida pública, na correspondente ação política, deixando que a moral opere exclusivamente no santuário íntimo da consciência. Esquece-se assim que a moral efetiva, como já notamos, é um fato social e que, portanto, não pode ser considerada como um assunto totalmente privado ou íntimo. É uma forma de regulamentação das relações entre os homens que cumpre uma função social e que, por isto mesmo, não pode ser separada da política. Num sentido ou noutro, a política afirma ou nega certa moral, cria condições para o seu desenvolvimento e, na realidade, não pode subtrair-se a uma certa avaliação moral. Mas, de outro lado, a política, para ser eficaz, necessita assegurar o consenso mais profundo dos cidadãos, e, neste sentido, necessita lançar mão da moral.

Precisamente porque o homem é um ser social, obrigado a se desenvolver sempre individual e socialmente, com seu interesse pessoal e coletivo, não pode deixar de atuar, ao mesmo tempo, moral e politicamente. Moral e política estão numa relação mútua. Mas a forma concreta que assume esta relação (de exclusão recíproca ou de concordância) dependerá do modo como, efetivamente, na sociedade, operam as relações entre o individual e o coletivo, ou entre a vida privada e a vida pública.

O homem não pode renunciar à moral, porque esta corresponde a uma necessidade social; assim também — pelo menos num futuro previsível — não pode renunciar à política, porque essa responde igualmente a uma necessidade social. Mas, numa sociedade superior, suas relações devem caracterizar-se por sua concordância, sem abdicar do seu âmbito respectivo. Por conseguinte, nem renúncia à política em favor da moral, nem exclusão da moral em favor da política.